

# Históricas Digital

*Francisco Roque de Oliveira*

“Portugal e a metageografia da Ásia do século XVI:  
a invenção das modernas estruturas espaciais asiáticas  
e o seu contexto intelectual e geopolítico”

p. 19-54

*Nueva España: puerta americana al Pacífico asiático  
siglos XVI-XVIII*

Carmen Yuste López (coordinación)

México

Universidad Nacional Autónoma de México  
Instituto de Investigaciones Históricas

2019

374 p.

ISBN 978-607-30-1558-5

Formato: PDF

Publicado en línea: 25 de junio de 2019

Disponible en:

[http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/705/nueva\\_espana.html](http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/705/nueva_espana.html)

D. R. © 2019, Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Históricas. Se autoriza la reproducción sin fines lucrativos, siempre y cuando no se mutile o altere; se debe citar la fuente completa y su dirección electrónica. De otra forma, se requiere permiso previo por escrito de la institución. Dirección: Circuito Mtro. Mario de la Cueva s/n, Ciudad Universitaria, Coyoacán, 04510. Ciudad de México



INSTITUTO  
DE INVESTIGACIONES  
HISTÓRICAS



## PORTUGAL E A METAGEOGRAFIA DA ÁSIA DO SÉCULO XVI

### A INVENÇÃO DAS MODERNAS ESTRUTURAS ESPACIAIS ASIÁTICAS E O SEU CONTEXTO INTELECTUAL E GEOPOLÍTICO

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Uma das principais consequências do restabelecimento de contactos regulares entre a Europa e a Ásia a partir do início do século XVI consistiu na redefinição das estruturas espaciais pensadas para organizar a distribuição dos espaços asiáticos.<sup>1</sup> Trata-se de um exercício de projecção simbólica e ideológica que começou por ser organizado através dos agentes e das redes que configuraram o império português da Ásia, bem assim como as zonas onde prevaleceu uma presença mais informal de grupos de portugueses e luso-asiáticos, tendo tido uma duradoura influência sobre o modo como foi moldada a percepção desta parte do Mundo Antigo.<sup>2</sup> O discurso académico contemporâneo designa

<sup>1</sup> Texto preparado no âmbito do Programa PAPIIT IN402114-3 “Nueva España, puerta americana al Pacífico asiático (siglos XVI-XVIII)”. Este texto representa uma versão revista e abreviada do nosso estudo: Francisco Roque de Oliveira, “Lançando linhas imaginárias: metageografias da Ásia nas descrições geográficas e na cartografia portuguesa do século XVI”, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. XX, n. 551 [em linha], Barcelona, Universidad de Barcelona, 15 de diciembre de 2016. <<http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/551/20121>>. Consulta a 20 de Março de 2017.

<sup>2</sup> Para sínteses cartográficas do âmbito geográfico correspondente aos principais espaços e circuitos abrangidos pela presença formal e informal portuguesa e luso-asiática na Ásia durante o século XVI, ver *inter alia* Kirti Chaudhuri, “O estabelecimento no Oriente”, em Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, v. 1, *A formação do império (1415-1570)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 163, 167; Francisco Bethencourt, “Competição entre impérios europeus”, em Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, v. 2, *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 362; A. H. de

como metageografias estas grandes grelhas de leitura espacial do mundo e de classificação dos seus lugares, as quais configuraram, em simultâneo, um exercício de imaginação e representação abstracto, historicamente datado e repleto de significado cultural e geopolítico.<sup>3</sup> Para a nossa análise específica cruzaremos duas tipologias discursivas distintas: algumas das principais sínteses geográficas portuguesas do século XVI sobre a Ásia —seleccionando entre obras mais espontâneas e trabalhos de recompilação mais metódicos— e alguns dos mais significativos mapas manuscritos dos mesmos espaços produzidos em oficinas portuguesas dessa época. Sempre que considerarmos útil, estabeleceremos os paralelismos necessários com outras fontes, quer cartográficas quer textuais, em particular espanholas e italianas.

Tomaremos como ponto de partida o exemplo dado pelas *Décadas da Ásia* de João de Barros, crónica concebida para enaltecer a razão e práxis imperiais de Portugal no Oriente desde o início do século XVI. O prólogo à *Década I* —publicada em 1552 e dedicada ao rei D. João III—, traz o voto de que este monarca viesse a ser recordado “por tam ousado como foy o derradeiro dos trinta e tantos escriptóres que escreueram a passagem e expediçam que Alexandre fez em Asia” porque a extensão das vitórias portuguesas assim o reclamava: “nam sómente de toda a terra marítima de Africa e Asia: mas ainda de outros mayóres

Oliveira Marques & João José Alves Dias, *Atlas histórico de Portugal e do ultramar português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 217, 220, 231; A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire. From Beginnings to 1807*, v. 2, *The Portuguese Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p. XXXII-XXXVIII; João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues & Pedro Aires Oliveira, *História da expansão e do império português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 554, 558.

<sup>3</sup> Ver Martin W. Lewis & Kären E Wigen, *The Myth of Continents: a Critique to Metageography*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1997, p. IX, 13-14, 207, n. 2; Pierre Gentelle, “À chacun son idée du monde”, em Pierre Gentelle (dir.), *Géopolitique du monde contemporain. États, continents, puissances*, Paris, Nathan, 2008, p. 27-39, p. 27-28; Christian Grataloup, *L'invention des continents. Comment l'Europe a découpé le Monde*, Paris, Larousse, 2009, p. 26-28; Christian Grataloup, “Représenter le monde”, *Documentation photographique*, 8084, 2011, p. 1-64, p. 8-12.

mundos do que Alexandre lamantáua por nam ter noticia deles”.<sup>4</sup> Como logo aqui se antevê, o sentido ideológico do vasto projecto historiográfico Barros concebe para a Ásia é inseparável da fixação simultânea de um conjunto de estruturas espaciais que possibilitassem a nova organização do conhecimento sobre esta parte do mundo.

*E começando a dividir todo o marítimo desta Asia*

João de Barros repete diversas vezes que a crónica dos feitos militares dos portugueses na Ásia que arrumou nas suas quatro *Décadas* (três *Décadas* impressas em vida do autor e, ainda, no rascunho da *Década IV*, reformulado e publicado pela mão de João Baptista Lavanha nos prelos da Impressão Real de Madrid, em 1615) constituía somente a primeira peça de uma ambiciosa trilogia. Além das *Décadas da Ásia*, fariam também parte deste conjunto articulado de obras uma “vniversal geographia de todo o descoberto” dividida em seis partes e, finalmente, um texto dedicado ao comércio em todas as paragens do globo ligadas pelas navegações portuguesas.<sup>5</sup> Uma vez que parecem não ter chegado até nós quaisquer manuscritos, ainda que truncados, destas duas últimas obras, para a reconstituição da cenografia da Ásia percebida por Barros há que recorrer às diversas descrições que o próprio oferece nas *Décadas* com o intuito de facilitar ao leitor a visualização dos diversos sítios tocados pela narrativa dos acontecimentos.

Entre estas descrições, colhe particular significado aquela que está inscrita no primeiro capítulo da *Década I*, exclusivamen-

<sup>4</sup> João de Barros, *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*, ed. António Baião, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 [1552], Prólogo, p. 2-3.

<sup>5</sup> Ver Barros, *Primeira década*, lv. 1-1, p. 10-11; João de Barros; [João Baptista Lavanha], *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Quarta Década*, ed. M. Augusta Lima Cruz, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001 [1615], Apologia, [p. 12].

te dedicada ao retrato de toda a costa marítima do Oriente, “com as distancias *que* há entre as mais notáveis cidades e povoações per modo de roteiro, segundo os navegantes”. Em sentido estrito, trata-se de um preâmbulo à acção do primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida (gov. 1505-1509), a quem João de Barros reconhece o feito de ter imposto o poder português sobre “os mares orientais desta terra Asia”.<sup>6</sup> Na prática, contudo, estas páginas correspondem à mais completa introdução à geografia da Ásia redigida por Barros, ao mesmo tempo que constituem um exemplo paradigmático de uma determinada forma de ler dos mesmos espaços, a qual tem os seus antecedentes entre certa tipologia de autores portugueses do século XVI.

Sem se preocupar com a indicação da situação exacta dos lugares, matéria que os leitores interessados poderiam conferir nas tábuas graduadas da sua *Geografia*, João de Barros começa por recorrer à leitura da Ásia como uma das três partes “em que os geographos diuidirão todo o universo”, num singela evocação do esquema de macro divisão da ecúmena que vinha do século VI a. C. e que Eratóstenes estabelecerá de forma duradoura, cerca de três séculos mais tarde.<sup>7</sup> A isso Barros acrescenta a suposta linha de fronteira entre as três massas continentais que corre pelos rios Tanais (Don) e Nilo, sorte de eixo simbólico que tinha permitido aos geógrafos-astrónomos gregos reservarem para a Grécia a centralidade que se impunha à percepção do lugar privilegiado que ocupavam no Mundo Antigo. Para o piedoso cronista português, este eixo é sobretudo aquele que permite antever a oriente a parte da Terra onde, entre maometanos, judeus e idólatras, mais cega gente se acha.<sup>8</sup>

Entra aqui a descrição propriamente dita das nove partes em que, sempre segundo Barros, “a natureza a repartiu, com sinais notáveis sem lançármos linhas imaginárias: os quais sinais sam

<sup>6</sup> Barros, *Primeira década*, lv. 9-1, p. 335.

<sup>7</sup> Grataloup, *L'invention...*, p. 49; Philippe Pelletier, *L'Extrême-Orient. L'invention d'une histoire et d'une géographie*, Paris, Gallimard, 2011, p. 147.

<sup>8</sup> Barros, *Primeira década*, lv. 9-1, p. 335-336. Ver Kirti N. Chaudhuri, *L'Asia prima dell'Europa. Economie e civiltà dell'Oceano Indiano*, trad. Maria Baiocchi, Roma, Donzelli Editore, 1994, p. 259-263.

máres, cábos e rios, e onde acába a primeira parte comêça a segunda e assy sucessivamente”. Traduzindo de forma esquemática as suas palavras, a primeira secção marítima da Ásia corria entre o extremo do Mar Vermelho (Roxo) e o estreito de Ormuz; a segunda entre o estreito de Ormuz e a foz do Indo; a terceira entre o Indo e o golfo de Cambaia; a quarta entre Cambaia e o cabo Comorim, correspondente ao limite meridional do subcontinente indiano; a quinta entre o cabo Comorim e a foz do Ganges; a sexta entre o Ganges e o cabo de Singapura; a sétima entre o cabo de Singapura e a foz do rio Menão (Chao Phraya); a oitava entre o Menão e o cabo de Liampó (Ningbo, na província chinesa de Zhejiang); por último, a nona secção correspondia à costa que corria para além de Liampó, “ainda per nós ã nauégada”, incluindo os litorais do Japão.<sup>9</sup>

Nos restantes fólhos deste capítulo, João de Barros desdobra esta partição com indicações mais ou menos extensas e mais ou menos claras que visam elucidar a complexa geografia da Ásia marítima. À falta de um mapa que auxilie o leitor a apreender a sequência de territórios assinalados, sugere-lhe que volte a palma da mão esquerda para baixo e, de seguida, junte e afaste os dedos de acordo com um conjunto de indicações prévias, para assim visualizar melhor a figura de parte dessas costas.<sup>10</sup> Para aquilo que é essencial, procede a esta densa descrição de acordo com um duplo critério. Em primeiro lugar, decompõem cada uma das nove grandes unidades de partida nos vários reinos, províncias e outras entidades sociopolíticas que o preenchem, acrescentando a notícia das principais cidades e as distâncias entre si, medidas em léguas, assim como apontamentos sobre os principais acidentes geográficos, a organização do povoamento e a localização de alguns templos e edifícios notáveis locais ou de fortalezas portuguesas. Em segundo lugar, confronta algumas das indicações que vai dando com a toponímia e as coordenadas dos lugares assinalados na *Geografia* de Ptolomeu, que por regra corrige em benefício daquilo que recupera das modernas fontes portuguesas:

<sup>9</sup> Barros, *Primeira década*, lv. 9-1, p. 336-337.

<sup>10</sup> Barros, *Primeira década*, lv. 9-1, p. 342.

do promontório *Asabon* da Arábia Feliz ptolomaica e das bocas do Ganges à celeberrima cidade de *Cattigara*, “cousa mais imagináda como ponto celeste pera computaçam mathematica, que verdadeira pera situaçam de órbe terrestre”, como diz.<sup>11</sup>

Nem as interpolações de raiz ptolomaica, nem a decomposição sub-regional de cada uma das nove unidades asiáticas pré-definidas perturbam o essencial da leitura proposta por João de Barros: uma Ásia eminentemente marítima, disposta segundo uma sequência que nada deve ao enquadramento desdortinado nas quatro tábuas das costas asiáticas que integram o conjunto de 12 tábuas da Ásia do modelo tradicional da *Geografia* de Ptolomeu, com 26 cartas regionais e uma carta geral, assim como nada deve às quatro secções pertinentes da sequência de 44 países de acordo com a qual o geógrafo alexandrino concretizara a descrição sumária do mundo asiático: Arábia Feliz, Índia Cisgangética (aquém do Ganges, *grosso modo* correspondente à Índia actual), Índia Transgangética (situada para além do Ganges, sensivelmente equivalente à actual noção de Ásia do Sueste), país dos sines (China meridional) e ilha de Taprobana (Ceilão).<sup>12</sup> O mesmo se pode dizer a respeito das três Índias tradicionais, que se vinham generalizando desde a Alta Idade Média, e das quais também não encontramos rasto assinalável nestas páginas: a Índia Maior ou Índia Cisgangética, a Índia Menor ou

<sup>11</sup> Barros, *Primeira década*, lv. 9-1, p. 337 e 341. Ver Sanjay Subrahmanyam & Claude Markovits, “Inde et Asie du Sud-Est: lendemains d’empires”, em Patrick Boucheron (dir.), *Histoire du monde au XV<sup>e</sup> siècle*, t. 1, *Territoires et écritures du monde*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2012, p. 400-429, p. 400-426.

<sup>12</sup> Tony Campbell, *The Earliest Printed Maps, 1472-1500*, London, The British Library, 1987, 1987, p. 122-141; Germaine Aujac, “La redécouverte de Ptolémée et de la géographie grecque au XV<sup>e</sup> siècle”, em Danielle Lecoq & Antoine Chambard (ed.), *Terre à découvrir, Terres à parcourir. Exploration et connaissance du monde, XII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*, Paris, L’Harmattan, 1998, p. 55-73, p. 56-57; Lenart Berggren and Alexander Jones, *Ptolemy’s Geography. An Annotated Translation of the Theoretical Chapters*, Princeton/Oxford, Princeton University Press, 2000, p. 45-46; Germaine Aujac, *Claude Ptolémée astronome, astrologue, géographe. Connaissance et représentation du monde habité*, Paris, Éditions du CTHS, 2012, p. 155-160, 167-169. Cf. Claudius Ptolemy, *Geography of Claudius Ptolemy*, tr. Edward Luther Stevenson; introd. Joseph Fischer, New York, Cosimo Classics, 2011 [1932], p. 133 segs.

Transgangética, e a Índia Etiópica, Média ou Terceira (correspondente à Arábia e à África Oriental).<sup>13</sup>

Na *Década III* (1563), ao introduzir a descrição das ilhas Molucas, João de Barros reiterará a sua diatribe contra Ptolomeu a propósito das indicações sobre a quimérica *Cattigara* e os confins meridionais do *Sinus Magnus*, aberto a oriente da Querosneso de Ouro, onde vê a moderna Samatra. Para além de apresentar a geografia real das Molucas por contraste com as cidades, rios, enseadas e promontórios que Ptolomeu, “mal informado”, colocara aí, a oportunidade serve-lhe também para um resumo mais esquemático da divisão da Ásia, desta feita de sentido Norte-Sul: por causa da linha equinocial, o Oriente repartia-se entre a parte boreal e a parte austral, “rematando tudo no meridiano lançado entre Portugal & Castella por razam de suas conquistas (como fazemos em a nóssa geographia)”.<sup>14</sup>

Ainda que não exista nenhuma referência explícita nesse sentido, esta divisão aparentemente contraditória com o cuidadoso esquema de segmentação antes apresentado na *Década I* dir-se-ia transpor para latitudes mais meridionais a concepção essencial da Ásia dos gregos, que repartia estes territórios de acordo com a linha formada pela cadeia montanhosa de Tauro, decorrente do esquema posto em letra de forma por Dicearco de Messina, quando dividiu o mapa do mundo habitado pelo paralelo que passava por Rodes e pelas Colunas de Hércules, e que Eratóstenes aperfeiçoaria.<sup>15</sup> Mas talvez mais do que esta aparente revisitação das Ásias cistáurica e transtáurica na linha do equador, este se-

<sup>13</sup> Luís Filipe Thomaz, “Índias”, em Luís de Albuquerque; Francisco Contento Domingues (dir.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, v. 1, p. 520-524, p. 520. Ver também Zoltán Biedermann, “Imaging Asia from the Margins: Early Portuguese Mapping of the Continent’s Architecture and Space”, em Vimalin Rujivacharakul *et al.* (eds.), *Architecturalized Asia: Mapping a Continent Through History*, Hong Kong, Hong Kong University Press, 2013, p. 47-49.

<sup>14</sup> João de Barros, *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Terceira década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992 [1563], lv. V-5, fl. 132v.

<sup>15</sup> María Paz de Hoz García-Bellido, “Introducción”, em Estrabón, *Geografía, libros XI-XIV*, introd., trad. y notas de María Paz de Hoz García-Bellido, Madrid, Editorial Gredos, 2003, p. 7-12; Aujac, *Claude Ptolémée...*, p. 108-109.

gundo esquema de partição muito geral da Ásia apresentado nas *Décadas* subverte a regra de demarcação tomada de empréstimo dos preceitos da geografia da época clássica e helenística, assente nos elementos hidrográficos e orográficos, e que, como vimos, o próprio Barros tratara de dilucidar com recurso a todos os dados que tinha ao seu dispor. De qualquer modo, o principal para aqui será notar como um critério geopolítico —a linha de demarcação ensaiada pelo Tratado de Saragoça— constitui, ele próprio, a referência para balizar a leste a Ásia pertinente para Barros. Mesmo sem dispormos do anunciado mapa debuxado pelo cronista, veremos que já a seguir como, a par da equação marítima em que fundou a sua visão da Ásia, também esta abstracção diplomática vingou na cartografia.

### *Pura empiria*

Como dissemos, a leitura geográfica ensinada nas sucessivas *Décadas* de João de Barros constitui, em diversos sentidos, o ponto de chegada de uma certa linhagem de escritores da Ásia, que se distinguiram pela autonomia que conseguiram manter em relação à nomenclatura e aos esquemas clássicos e medievais. A viagem de Damasco à Cochinchina de Niccolò de Conti, que se pensa ter sido realizada entre 1414 e 1439, constitui um desses testemunhos da Ásia marítima que desafia as dívidas recorrentes para com Estrabão, Ptolomeu, Plínio ou Pompónio Mela que pululam nos textos da época, pese embora a circunstância da única versão que temos do seu relato ter sido dada pelo humanista Poggio Bracciolini, que o transfigurou em matéria apologetal e o incluiu, em 1450, no livro IV do seu *De varietate fortunae*. Concretizado cerca de setenta anos antes do desembarque de Vasco da Gama no Malabar, o périplo de Conti entre Cochim, o delta do Ganges, o golfo de Bengala, o Bornéu e o Champá, cedo foi tomado com prelúdio do reconhecimento português dos mares da Ásia iniciado em 1498, conforme se observa pela tradução portuguesa da sua narrativa, divulgada pelo impressor

Valentim Fernandes, em 1502, paralelamente à tradução do *Livro de Marco Polo*.

A determinado passo deste texto, Bracciolini enquadra a sequência de escalas e percursos terrestres narrados por Conti de acordo com um esquema tripartido que tem implícito Ptolomeu: entre a Pérsia e o Indo corria a primeira parte da Índia; entre o Indo e o Ganges, a segunda; e a terceira parte da Índia era toda aquela que estava para lá do Ganges, ou seja Bengala e os países que se sucediam daí para oriente.<sup>16</sup> Em qualquer caso, trata-se de uma arrumação que em nada interfere na narrativa do viajante, plena de indicações práticas sobre as populações e os lugares percorridos, pelo que a sua presença é pouco mais do que uma pontual nota livresca. A primeira tentativa importante de tradução cartográfica do relato de Conti, correspondente ao chamado mapa-mundo genovês de 1457, remata essa generalizada subversão do modelo ptolomaico apresentando, entre outros aspectos, a sugestão de uma África circum-navegável (e de que a zona tórrida é transponível), um Índico aberto ao sul, a costa meridional da Ásia rasgada por três grandes golfos, enquanto na sua costa oriental reconhecemos o perfil quase exacto dos litorais chineses, fronteiros a duas grandes ilhas (Javas maior e menor, por Java e Bornéu) e, mais a sul, um par de ilhas menores, *Sanday* e *Bandam*, que parecem indicar as Molucas.<sup>17</sup>

Ao imprimir em Lisboa os relatos venezianos de Polo e Conti, o morávio Valentim Fernandes decide antecipá-los com um preâmbulo geográfico que visa identificar as “prouincias do titu-

<sup>16</sup> Marco Polo; Niccolò de Conti; Girolamo de Santo Stefano, *O Livro de Marco Paulo –O Livro de Nicolao Veneto– Carta de Jeronimo de Santo Estevam conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, com três fac-símiles, introd. e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922 [1502], fl. 87v. Ver Niccolò de Conti, *Le Voyage aux Indes de Nicolò de Conti (1414-1438)*, ed. Anne-Laure Amilhat-Szary, Paris, Chandeigne, 2004, p. 107-108.

<sup>17</sup> G. R. Crone, *Historia de los mapas*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 2000 [1953], p. 60-63; Anne-Laure Amilhat-Szary, “Les récits de Poggio Bracciolini & de Pero Dafur”, em *Le Voyage aux Indes de Nicolò de Conti (1414-1438)*, ed. Anne-Laure Amilhat-Szary, Paris, Chandeigne, 2004, p. 41-88, p. 68-76; Evelyn Edseon, *The World Map, 1300-1492: The Persistence of Tradition and Transformation*, Baltimore, The John Hopkins University Press, 2007, p. 191-195.

lo real de vossa Senhoria”, quer dizer, a Etiópia e os vários reinos da Ásia “atee as postumeiras partes da India” onde já soaria o nome de D. Manuel.<sup>18</sup> Estes parágrafos aparecerão quase *ipsis verbis* na tradução do *Livro* de Marco Polo publicada no ano seguinte, em Sevilha, por D. Rodrigo Fernández de Santaella.<sup>19</sup> Se bem que Ptolomeu ainda constitua a principal autoridade que inspira esta introdução, Fernandes alega juntar-lhe o que explicam “os cosmografos orientaes pella esperiência da verdade”.<sup>20</sup> Mas tal como sucedera com o arranjo que Bracciolini fizera da descrição de Conti, daqui não resulta qualquer articulação efectiva com a arquitectura das prosas de Polo e, sobretudo, de Conti, servidas a seguir.

Além das várias Etiópias, das várias Arábias e da província da Pérsia, o texto de Valentim Fernandes volta a assinalar uma repartição quase canónica entre três Índias: entre o Indo e Cambaia, a Índia Baixa, também chamada “Caysarat”; entre Cambaia e o “syno Colchico”, a Índia Média, “com sobrenome chamada Minibar”; de Cambaia ao Ganges, a Índia Superior ou Alta, “com sobrenome Mahabar”. Para lá do Ganges, estava a terra que os orientais chamavam de “Maçyn”, a qual incluía a Quersoneso de Ouro e Polo apelidava de “Mangy”. O confuso último parágrafo desta sùmula da geografia oriental de Fernandes antecipava a visualização da China do norte, se bem que a terminologia continuasse a depender, em boa medida, de uma síntese entre as lições de Ptolomeu e de Polo: “E toda a outra terra contra o oriente que desçe contra o syno grande. e ao vltimo mar da India atee as terras incógnitas he chamada Syn e Serica. ainda que chamam toda terra Gata. que quer dizer Catayo. pella vuidade do senhorio. que os nossos simprizes todo chamam India septentrional”.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> Polo, *O Livro...*, fl. Aiv. e Aiiiv.

<sup>19</sup> Ver Juan Gil, “Libros, descubridores y sabios en la Sevilla del quinientos”, em Marco Polo, *El libro de Marco Polo anotado por Cristóbal Colón. El libro de Marco Polo versión de Rodrigo de Santaella*, ed. Juan Gil, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. XXIII-XXIV.

<sup>20</sup> Polo, *O Livro...*, fl. Avv.

<sup>21</sup> Polo, *O Livro...*, fls. Avr.-Avir.

A despeito de todos os seus pecados livrescos, as três Índias de Valentim Fernandes —e respectivos anexos orientais— acabavam por desdobrar a Ásia marítima em cinco fragmentos, progressivamente mais amplos à medida que se avançava para leste, tal como depois veio a suceder com a demarcação proposta por João de Barros. Por outro lado, apesar de falhar na apresentação moderna de muitos dos topónimos que indica, Fernandes evocava o recurso à mesma qualidade de informações recolhidas no Índico que permitirão inscrever a legenda “terra dos Chins” no planisfério português anónimo dito “de Cantino”, concluído também em Lisboa nesse mesmo ano de 1502.<sup>22</sup>

Chegados aqui, pouco falta para que surja a primeira edição impressa específica de um itinerário na Ásia: o *Itinerario* do bolonhês Ludovico di Varthema, publicado em Roma em 1510 e que transporta o leitor de Alexandria às Molucas, de acordo com uma viagem iniciada entre 1500 e 1502 e concluída em 1508. Ao contrário do que o próprio afirma, Varthema não terá ido mais além do que o Malabar. Mas todas as novidades que resgata nos portos indianos permitem à Europa antecipar a descoberta da rota das especiarias em que os portugueses se empenhavam por esses anos. Apenas de forma muito marginal, Varthema ainda recorre à terminologia corrente na Idade Média para situar parte do que vai referindo, como quando menciona as Índias Maior e Menor, por Decão e planície Indo-Gangética, respectivamente (ou seja, de acordo com uma aceção que está mais próxima de autores como Jourdain de Séverac do que daqueles que dependiam directamente das instruções de Ptolomeu).<sup>23</sup> Na prática,

<sup>22</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, “A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta”, tese de doutoramento, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, p. 361-362 e 374-375. Disponível em <<http://ddd.uab.cat/pub/tesis/2003/tdx-1222103-160816/tdx.html>> Consulta a 20 de Março de 2017.

<sup>23</sup> Luís Filipe Thomaz *et al.*, “Notes”, em Ludovico de Varthema, *Le voyage de Ludovico di Varthema en Arabie & aux Indes orientales (1503-1508)*, préface de Jean Aubin, trad. de Paul Teyssier, notes de Luís Filipe Thomaz, Gilles Tarabout, Paul Teyssier & Gérard Troupeau, Paris, Editions Chandeigne/Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 284.

porém, os nove livros em que o texto pode ser dividido acabam por se subordinar à sequência das regiões visitadas, tendo, de resto, uma extensão muito variável, que depende sobretudo da duração da estada em cada uma delas. E se há um livro para a Arábia Deserta e outro para a Arábia Feliz, os capítulos sobre o Egípto e a Síria não têm designação própria, a leitura das partes dedicadas à Pérsia e à Etiópia inicia-se sem quaisquer prolegómenos eruditos, enquanto a Índia propriamente dita ganha honras de três livros sucessivos: o primeiro descreve de Cambaia a Goa (com o sertão de Vijayanagar); o segundo trata apenas de Calecute; e o terceiro pretende narrar uma viagem de ida e volta a Calecute, com passagens pelo Coromandel, Bengala, Samatra, Banda, Bornéu e Java, sem esquecer referências entrecortadas à China e ao sistema tributário chinês.<sup>24</sup>

O processo de construção de conhecimento geográfico que aqui se começa a desenrolar tem uma das suas primeiras sistematizações no designado *Livro das cousas da India* de Duarte Barbosa, escrivão na feitoria de Calecute na altura em que o concluiu, talvez por volta de 1516. Trata-se de um exaustivo compêndio dos portos compreendidos entre Sofala e a China, incluindo as ilhas Léquiás, que lhe eram fronteiras, e as Molucas. Todo o texto é orientado “ao longo da costa”, de lugar em lugar, e daí “passando mais ao diante”, até ao último limite conhecido da Ásia, conforme algumas das expressões que mais se repetem. Pelo menos num par de ocasiões, o manuscrito ainda evoca as três Índias da tradição clássica, junto com o curso do Nilo, do Eufrates, do Indo e do Ganges, chegando a lembrar que o Paraíso Terrenal era a suposta fonte de toda essa hidrografia.<sup>25</sup> Mas como logo acrescenta uma das várias versões deste *Livro* que correram na época, “isto são fabulas”, valendo apenas o que “dizem os mouros que a India sabem mais tempo que os

<sup>24</sup> Oliveira, *A construção...*, p. 381-388.

<sup>25</sup> Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, ed. Maria Augusta da Veiga e Sousa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, v. 1, 1996 [c. 1516], p. 142.

portugueses”.<sup>26</sup> Mais ainda do que ocorreria nos textos de João de Barros, a descrição de Barbosa é imune a qualquer distorção erudita – *felix culpa*, que a transforma numa das duas mais importantes geografias sistemáticas da Ásia produzidas na época, passando ao lado de qualquer tentativa de ajuste impossível entre a experiência directa dos lugares e o veio livresco, fosse ele grego ou medieval.<sup>27</sup>

Apenas a *Suma Oriental* de Tomé Pires pode emparceirar com o testemunho de Duarte Barbosa quando se pensa numa composição sobre o horizonte dos litorais da Ásia cujo eco ressoará de forma indelével na sequência organizada por Barros nas suas *Décadas*. Composta em Malaca por este feitor de D. Manuel entre 1512 e 1515 —portanto, nos anos imediatamente subsequentes à conquista desta praça malaia pela armada de Afonso de Albuquerque—, a *Suma Oriental* de Pires recoloca no centro das prioridades de escrita a perspectiva do mercador já omnipresente na súpula económica de Duarte Barbosa, interessando-lhe, antes de mais, a origem dos produtos asiáticos e as principais características das redes comerciais estabelecidas nesses mares.<sup>28</sup>

A versão da *Suma Oriental* guardada na Bibliothèque de l'Assemblée National de Paris, correspondente ao único dos dois manuscritos conhecidos desta obra que foi composto a partir da versão integral do manuscrito autógrafo, divide-se em cinco livros: o primeiro vai do Egipto até ao Malabar, com o mar Vermelho, as três Arábias dos autores antigos (Feliz, Pétreia e Deserta), Ormuz, a Pérsia, Cambaia e Canará; o segundo de Cambaia a Ceilão, com *Daquem* (Decão), Canará, Narsinga e Malabar; o terceiro de Bengala à Cochinchina, com Bengala, Pegu, Sião, *Brema* (Birmânia), Camboja e Champá; o quarto da China a Bornéu e às Filipinas,

<sup>26</sup> Barbosa, *O Livro...*, I, p. 142, n. 669; Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, ed. Maria Augusta da Veiga e Sousa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, v. 2, [c. 1516], p. 314-315.

<sup>27</sup> Ver Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 288-291; Luís Filipe Thomaz, “Prefácio. A história medievalesca de um texto moderno”, em Barbosa, *O livro...*, v. 2, p. VIII.

<sup>28</sup> Oliveira, *A construção...*, p. 409-410.

com Java, as Molucas, Ceilão, as Léquiás e o Japão; o quinto livro é sobre Samatra; e o sexto sobre Malaca.<sup>29</sup>

Como desde logo se observa por este esquema, mais do que uma vez os conteúdos descritos se sobrepõem, muito provavelmente porque o copista não seguiu a ordem do texto original.<sup>30</sup> Ao mesmo tempo, a sequência apresentada não acerta com o plano de divisão proposto por Tomé Pires no terceiro Proêmio da *Suma*, onde afirma que fará a repartição do trabalho em cinco unidades, cada uma delas marcada por um dos cinco principais rios desta parte da Ásia, o Nilo, o Tigre, o Eufrates, o Indo e o Ganges.<sup>31</sup> Mais ainda: poucas linhas adiante de ter enunciado este plano, volta a programar a repartição da obra em cinco livros, mas esta nova geografia nem é compatível com a divisão que acabara de anunciar, nem com a estrutura da obra que finalmente conhecemos: um primeiro livro com as Arábias, Egípto, Pérsia até Cambaia; o segundo de Cambaia a Baticalá, cidade indiana do litoral do Canará;<sup>32</sup> o terceiro de Baticalá a Bengala; o quarto de Bengala à China; e o quinto “sera de totalas Ilhas e sera a suma acabada”.<sup>33</sup>

Lendo com atenção a *Suma Oriental*, voltamos a constatar que estas incongruências detectadas entre os esquemas prévios de subdivisão da área descrita na obra e a sua concretização final acabam por não comprometer sobremaneira o exercício de demarcação de um autor que, tal como sucede aqui com Tomé Pires, observa a Ásia a partir do mar e tende a organizar as informações recolhidas em primeira mão de acordo com a simples sequência de costas, portos, reinos, províncias e gentes que se sucedem de

<sup>29</sup> Ver Armando Cortesão, “Introdução”, em Armando Cortesão (ed.), *A Suma oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, p. 70-75; Tomé Pires, *Soma horientall que trata do mar Roxo athee os chijs copilada por thome piz*, em Armando Cortesão (ed.), *A Suma oriental...*, p. 132-133.

<sup>30</sup> Cortesão, “Introdução...”, p. 72-74.

<sup>31</sup> Pires, *Soma horientall...*, p. 132.

<sup>32</sup> Ver Rui Manuel Loureiro, *O manuscrito de Lisboa da “Suma oriental” de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, [Macau], Instituto Português do Oriente, 1996, p. 212.

<sup>33</sup> Pires, *Soma horientall...*, p. 132.

ocidente para oriente. Por isso mesmo, não estranha que Pires anuncie ainda um terceiro plano de divisão em cinco livros que nem coincide com os dois planos anteriores, nem é exactamente o mesmo que acabou por chegar até nós: o primeiro “do principio dasya” até à Primeira Índia; o segundo até ao termo da Índia Média; o terceiro “da Jmdia alta alem do gamges” até *Odia* (Ayu-dhya, antiga capital do Sião); o quarto com a China, Léquiás, Japão, Bornéu, Lução e Macáçar; e o quinto livro sobre todas as ilhas em pormenor, agrupando assim quase na íntegra aquilo que muito depois se designará como Insulíndia.<sup>34</sup> Pires decide introduzir aqui duas citações de autoridade —a cosmografia de frade Anselmo e a *Geografia* de Ptolomeu—, mas dispensa-as de imediato por serem baseadas no ouvir dizer e não na prática, ao revés do que sucedia com os portugueses, que cá “tudo pasamos espe[r]memtamos & vemos”.<sup>35</sup>

### *Acertos cosmográficos*

Como acontecerá mesmo com a mais apurada consciência clássica de João de Barros, as demarcações hidrográficas e orográficas herdadas dos tratados de geografia gregos trazem mais embaraços que ajuda ao esforço de sistematização da orgânica de funcionamento dos diversos espaços marítimos asiáticos empreendido por Tomé Pires. Valha o exemplo da ilha de Ceilão, à qual Tomé Pires dedicou um “Recontamento” que não surge mencionado em nenhum dos planos de divisão da obra que escreveu: “por leuar a costa da terra firme nom curey de em emtremeter na Jlha de ceilam de Depois casy della esquecido era & nom me pareceo cousa onesta deixar de falar nella posto que seJa em luguar amtresachado fora de camjnho porem a mjmgõa Do papell mo fez & por nom meter folha & quebrar a primeira hordenança”, esclarece o autor na altura em que finalmente se lança à tarefa de descrever a antiga Taprobana.<sup>36</sup> É provável que no manuscri-

<sup>34</sup> Pires, *Soma horientall...*, p. 133.

<sup>35</sup> Pires, *Soma horientall...*, p. 133.

<sup>36</sup> Pires, *Soma horientall...*, p. 355-356.

to original da *Suma Oriental* esta dissertação sobre Ceilão surgiu depois do “Recontamento de todas as Ilhãs” que aparece numa secção intermédia do livro IV, antes de se introduzir a descrição do reino da China.<sup>37</sup> De qualquer modo, o índice proposto parece contar sempre muito pouco e a Ásia vai ganhado forma como se de um enorme palimpsesto se tratasse, ajustada a cada instante pela cadência torrencial das notícias recolhidas e pelos improvisos de escrita do arguto funcionário que D. Manuel tinha em Malaca.

Pertence a todo um outro capítulo da geografia a transposição desta qualidade de escritos de vincado cariz prático para as cosmografias dos eruditos. Necessariamente, essa adaptação de um saber empírico às regras, ora mais matemáticas ora mais históricas e descritivas, que vão alimentar a curiosidade de públicos cultivados traz consigo formas próprias de proceder à segmentação das diferentes parcelas do mundo —e da Ásia— e de lhes atribuir nomes e significados específicos. Foi desde logo esse o papel cumprido por Martín Fernández de Enciso na sua *Suma de geographia* (Sevilha, 1519), cristalizando a decifração geográfica a oriente entre as margens marítimas da *Aurea Chersonesa*, de *Cattigara Sina* e do *Sinus Magnus* de Ptolomeu, por um lado, e o enigma dos espaços interiores, por outro. Estes últimos começa Fernández de Enciso por tentar acertá-los com a localização do Paraíso Terrestre e a fonte dos quatro grandes rios do Mundo Antigo, mas acabará por resumir que correspondem ao Cataio, porque “diz que es la final tierra del oriente porque no ay noticia de alli adeláte de otras tierras”.<sup>38</sup>

Meio século volvido, o dominicano Gaspar da Cruz, a quem se ficava a dever o primeiro livro exclusivamente consagrado à China publicado na Europa, ainda dedicou três longos capítulos

<sup>37</sup> Ver Cortesão, “Introdução...”, p. 73-74.

<sup>38</sup> Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia que trata de todas las partidas y provincias del mundo, en especial de las Indias...*, Sevilla, Jacobo Cromberger, 1519, fl. g. vi r. Ver Numa Broc, *La géographie de la Renaissance, 1420-1620*, Paris, Les Éditions du CTHS, 1986, p. 61-66; W. G. L. Randles, *Da Terra plana ao globo terrestre. Uma rápida mutação epistemológica, 1480-1520*, trad. Teresa Braga, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 110-111.

do seu *Tractado das cousas da China* (Évora, 1569-1570) a tentar solucionar a questão das fronteiras entre a Ásia e a Europa, do lugar da China na Ásia e dos reinos confinantes com o império chinês, ajustando para isso ao limite as indicações de Heródoto, Jacobo Filipo Bergonense e Flávio Josefo, entre outros. Por uma vez, a leitura da sequência das distintas unidades territoriais asiáticas começa por evoluir de oriente para ocidente, da Cochinchina a Deli e a Cambaia, oferecendo um retrato genericamente escorrido.<sup>39</sup> Mas é quando Gaspar da Cruz se aventura à adivinhação do que se encontra “na terra dentro al do Sinide” que as indefinições entre a Tartária, a Pérsia, a Alemanha, a Rússia e a Cítia se impõem, entretecendo uma equação impossível que nunca se liberta da sombra tutelar da geografia ptolomaica.<sup>40</sup>

No primeiro capítulo do livro I do manuscrito inacabado da *História da Igreja do Japão* (c. 1627) de João Rodrigues Tçuzu vamos encontrar o corolário deste inquérito que visou, em simultâneo, “a descrição universal de toda a Azia” e a “divizam em suas partes, ou Imperios”, para nos ficarmos com as palavras deste jesuíta português que viveu mais de três décadas no Japão e mais de 20 anos na China.<sup>41</sup> Como que sumariando o que acabámos de resenhar, é o próprio Rodrigues quem nos lembra que, tal como “os Antigos dividirão esta parte do mundo em Azia mayor, ou universal, e em Azia menor”, e Ptolomeu em 47 regiões ou províncias, “os geographos modernos a devidem [de] varios modos conforme ao estado que tinham quando della tratarão por esta parte dos de tempos antigos andar sempre em continuas mudanças”.<sup>42</sup> E evoca três autores modernos de referência, mais

<sup>39</sup> Ver *inter alia* Duane W. Roller, “Introduction”, em *The Geography of Strabo*, tr. Duane W. Roller, Cambridge, Cambridge University Press, 2014, p. 1-34, p. 20.

<sup>40</sup> Gaspar da Cruz, *Tractado em que se cõtam muito por est so as cousas da China cõ suas particularidades...*, em Raffaella D’Intino (ed.), *Enformação das cousas da China. Textos do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989 [1569-1570], p. 147-254, caps. 2-4, p. 164-172.

<sup>41</sup> Ver Michael Cooper, “Introduction”, em João Rodrigues, *João Rodrigues’s Account of Sixteenth-century Japan*, ed. Michael Cooper, London, The Hakluyt Society, 2001, p. XV-XXII.

<sup>42</sup> Rodrigues, *História da Igreja do Japão pelo pe. João Rodrigues Tçuzzu, S.J. 1620-1633 – Transcrição do códice 49-IV-53 (f. 1 a 181) da Biblioteca do*

as respectivas esquadrias: João de Barros, com a divisão da Ásia em nove partes que começámos por descrever; Abraham Ortelius, que assumiu no seu *Theatrum orbis terrarum* a Ásia segmentada em cinco partes, Moscóvia, Pérsia, Tartária, império turco e Índias; e Giovanni Antonio Magini, que na sua *Geographia* dividira a Ásia em sete regiões principais, Sarmatia, Pérsia, Tartária, império turco, Índia, China e, finalmente, as ilhas orientais.<sup>43</sup>

Ajustando a sua leitura ao propósito de quem pretende discorrer longamente sobre o Japão e a China, por ser esse o horizonte prioritário dos jesuítas da Missão da China e dos herdeiros da recém-desarticulada Missão nipónica que ele próprio personificava,<sup>44</sup> João Rodrigues desembaraça-se dos modelos de referência e propõe uma divisão da Ásia em nove partes principais, “por fazer mais a nosso intento”: a primeira o “Imperio dos Moscovitas”; a segunda o “Imperio Turquesco”; a terceira o “Imperio Perseos ou Sosiano”; a quarta a “India intragangem”; a quinta a “India extragangem”; a sexta a “Scithia Asiatica, ou Tartaria”; a sétima o “Imperio Sinico”; a oitava “varias e possantes Ilhas do mar Indico, e Oriental, a fora as Ilhas do Japão”; e a nona correspondente às “Ilhas do Japão”.<sup>45</sup>

Com isto, Rodrigues apenas concordava com Barros no número de partes da Ásia. Tudo o mais traduz uma árdua empresa de intercalar notícias decorrentes dos modernos reconhecimentos europeus das orlas costeiras do Oriente, tradicionais designações asiáticas de vários dos seus próprios espaços e uma floresta de autoridades ocidentais: por exemplo, o que dizem o *Livro dos Reis*, a *Vulgata*, Ptolomeu ou Marco Polo sobre Ofir, a Índia ou Samatra; como chineses, japoneses, Ptolomeu e Plínio

*Palacio da Ajuda, Lisboa*, ed. João Amaral Abranches Pinto, Macau, Notícias de Macau, v. 1, 1954 [c. 1627], p. 19-20.

<sup>43</sup> Rodrigues, *Historia...*, p. 20. Ver Rodrigues, *João Rodrigues's Account...*, p. 14, n. 5 e 6.

<sup>44</sup> Ver Francisco Roque de Oliveira, “A Treatise inside a Treatise: Chinese Matters in the *Historia da Igreja do Japão* by João Rodrigues Tçuzu SJ”, *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, v. 18/19, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2009, p. 135-173, p.137-145.

<sup>45</sup> João Rodrigues, *Historia...*, p. 20.

discordavam a respeito da toponímia de Sind; como os indianos, japoneses e chineses dividiam a Índia intragangética em cinco regiões e como no presente toda ela estava dividida em duas partes, a primeira e mais importante das quais tutelada pelo império Mogor; como Polo designava as províncias da China, Plínio e Heródoto vocalizavam a Cítia e como Mela nomeava o Turquestão.<sup>46</sup> Um pouco à semelhança de Gaspar da Cruz, é bom de ver que Rodrigues se aparta do registo da Ásia litorânea que tanto interessava à mercancia e tenta perscrutar o âmago e os extremos do espaço continental, horizonte natural da prática missionária, ao mesmo tempo que confere um destaque particular à geografia política dos impérios ou das entidades soberanas que estruturam a maioria das suas macrorregiões asiáticas.

*Instintos metageográficos: delimitar sem nomear*

É curioso observar como desapareceu a tradução cartográfica de alguns dos mais importantes registos textuais que descrevemos. As tábuas graduadas do mundo que Barros terá preparado para a sua *Geografia* constituem apenas um desses exemplos —e porventura aquele cuja perda mais lamentamos dada a excepcional modernidade do seu testemunho escrito—. Mas também se regista o desaparecimento do mapa-mundo que Martín Fernández de Enciso preparou para acompanhar a sua *Suma de geographia*, “figura en plano” evocada no prólogo deste título cuja elisão talvez se explique pela hipersensibilidade diplomática suscitada pela “questão das Molucas” e a marcação do contra-meridiano de Tordesilhas: fazendo fé nas suas palavras, Fernández de Enciso terá projectado aí o limite da esfera de influência castelhana na Ásia através de um meridiano riscado sobre o delta do Ganges.<sup>47</sup> Finalmente, também sabemos que João Rodrigues fez accompan-

<sup>46</sup> Rodrigues, *História...*, p. 20-35.

<sup>47</sup> Amando Melón y Ruiz de Gordejuela, *El primer manual español de geografía*, Murcia, Publicaciones de la Universidad, 1961, p. 7-8; Ricardo Cerezo Martínez, *La cartografía náutica española en los siglos XIV, XV y XVI*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, p. 176-178; Ricardo Pa-

har a descrição geral da Ásia que abre o manuscrito da *História da Igreja do Japão* de uma carta geográfica “com as principaes partes della [Ásia], e Ilhas deste mar Oriental a ella pertencentes, feita e ordenada nestas mesmas partes com muita exacção e certeza, e muy diferente no que toca ao sertão da terra do Rio Indo para o Levante athe continuar com o novo mundo, do *que* athe agora anda nas Cartas, e Mappas dos autores Europeos que destas partes tratarão [...]”.<sup>48</sup> Perdeu-se o rasto a este mapa, que bem poderia fazer parte do *Atlas da Ásia* em três volumes a cuja elaboração Rodrigues se entregou durante vários anos, encorajado pelos seus superiores de Roma e da Missão jesuítica da China, conforme no-lo diz numa carta escrita em Macau no final de Novembro de 1627.<sup>49</sup>

Independentemente destas perdas cartográficas, qualquer um destes três autores tanto produziu uma descrição pura e simples dos territórios asiáticos, como ensaiou racionalizá-los do ponto de vista geométrico através da apresentação ou da contestação dos valores relativos às latitudes dos lugares. No mesmo sentido, qualquer dos três sinalizou as divisões internas e as demarcações extremas da Ásia, executando, assim, exercícios de “prosa cartográfica”<sup>50</sup> que obedecem a propósitos práticos e ideológicos mais ou menos assumidos. Martín Fernández de Enciso e João de Barros, conhecemo-lo, tinham leituras desencontradas quanto ao limite das soberanias portuguesa e castelhana na Ásia. Quanto a Rodrigues, revê, para logo as afastar, algumas das principais autoridades laicas que o precederam, inventando, de ca-

drón, *The Spacious World: Cartography, Literature, and Empire in Early Modern Spain*, Chicago/London, The Chicago University Press, 2004, p. 84-91.

<sup>48</sup> Rodrigues, *História...*, p. 13-14.

<sup>49</sup> João Rodrigues, “Rodrigues in China: The Letters of João Rodrigues, 1611-1633”, tr. Michael Cooper, em Doi Tadao, *Kokugoshi e no michi: Doi sensei shōju kinen ronbunshū*, Tōkyō, Sanseidō, 1981, v. 2, p. 353-224, p. 258-257. Ver Cooper, “Introduction...”, p. XXII; João Rodrigues, *João Rodrigues’s Account*, p. 9, n. 3.

<sup>50</sup> Ver Mariano Cuesta Domingo, “La cartografía en ‘prosa’ durante la época de los grandes descubrimientos americanos”, em *Actas del Congreso de Historia del Descubrimiento, 1492-1556*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1992, p. 279-302, p. 299.

minho, uma nova razão interna para a Ásia e uma nova fronteira desta a Oriente, para cuja equação já não entram apenas os cálculos suscitados pela *vexata quaestio* das Molucas. Como afirma, o “Oriente fenece no Meridiano 180. gr. de Longitud com o qual se deve da America onde alguns imaginão o estreyto de Anian”,<sup>51</sup> quer dizer, a linha divisória acautela implicitamente as exigências de Portugal (e do Padroado português), enquanto explora de forma explícita a velha ideia da continuidade territorial entre as massas continentais da Ásia e da América.<sup>52</sup>

Na cartografia coeva manuscrita, nomeadamente na cartografia de aparato, vamos encontrar o espelho que faltava para os novos inventários geográficos da Ásia, desde logo para aqueles que seguem a leitura empírica comum a Duarte Barbosa, a Tomé Pires e a João de Barros. Não cabe aqui um tratamento sistemático dos numerosos testemunhos cartográficos catalogáveis para este exercício. Ainda assim, arrisquemos a nossa análise tomando por referência um conhecido conjunto de cartas gerais e de cartas regionais asiáticas, tanto isoladas como insertas em Atlas de produção portuguesa do século XVI.

Encontramos um quase imediato contraponto cartográfico às descrições de Pires e Barbosa na série de mapas atribuídos à família Reinel que devem ter sido compostos em Lisboa entre 1510 e c. 1522. Depois das imagens da Ásia fixadas no já referido planisfério “de Cantino”, aliando notícias colhidas no Índico a resquícios de fantasia transpostos da *Geografia* de Ptolomeu, os desenhos deste período assinados ou atribuídos aos Reinéis facultam-nos a mais completa série de registos *de visu* das costas asiáticas. O mais antigo dos exemplares conhecidos corresponde à carta anónima do Oceano Índico de 1510, atribuída a Jorge Reinel<sup>53</sup> (figura 1). Marca os litorais entre *R. de manicongo* (Congo), na costa ocidental africana, e o litoral do Coromandel até, *grosso modo*, o limite nordeste do império de Vijayanagar. A isso acrescenta uma referência pioneira à *ilha de camatoro* (Sama-

<sup>51</sup> Rodrigues, *História...*, p. 30.

<sup>52</sup> Ver Padrón, *The spacious world...*, p. 87-89; Oliveira, “A treatise...”, p. 146.

<sup>53</sup> Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (eds.), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, reprodução fac-similada da edição de 1960, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. I, 1987, est. 9.

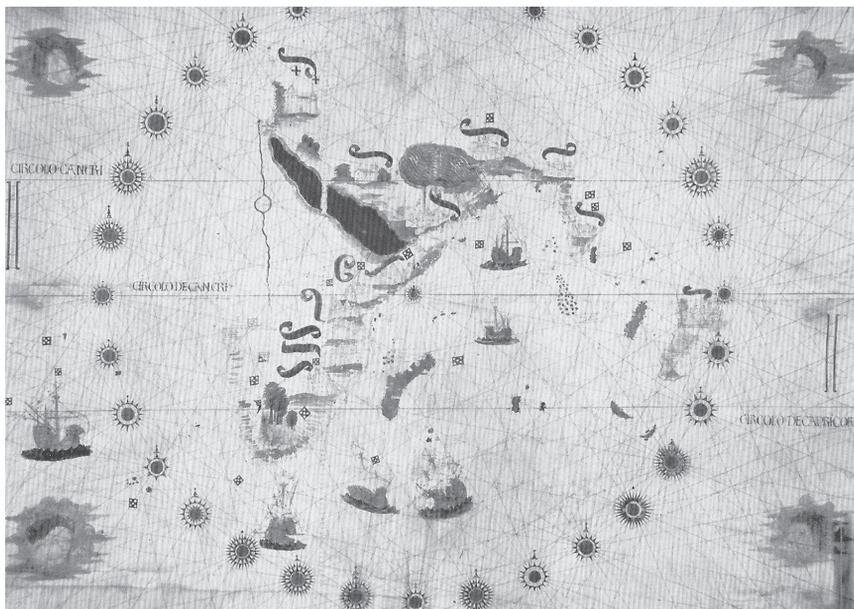


Figura. 1. Jorge Reinel (?), *Carta do Oceano Índico*, s.l. [Lisboa], s.d. [c. 1510], Herzog August Bibliothek, Wolfenbüttel: Cod. Guelf. 98 Aug 2º

tra) e uma tentativa de figuração quer do arquipélago malaio, quer da posição das Molucas. Pela primeira vez na cartografia europeia da Ásia, a representação prescinde da herança ptolomaica<sup>54</sup> e mesmo as posições marcadas mais a leste são deixadas entre um mar de linhas de rumos, sem que se arrisque o contorno hipotético das costas intermédias.

Na carta do Oceano Índico de c. 1517 atribuída a Pedro Reinel (desaparecida em 1945, mas da qual sobrevive registo fotográfico e uma cópia oitocentista colorida conservada na Bibliothèqu nationale de France), o espaço representado alarga-se a Oriente, de modo a incluir boa parte da Insulíndia e uma leitura mais cabal das Molucas (figura 2).<sup>55</sup> Esta carta é quase decalcada no

<sup>54</sup> Alfredo Pinheiro Marques, *A cartografia portuguesa e a construção da imagem do mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 78-79.

<sup>55</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, I, est. 10.

mapa anónimo do Índico atribuído ao mesmo Pedro Reinel preservado na British Library, datado hoje de c. 1522. Marcam-se em ambas as desembocaduras do Eufrates, do Indo e do Ganges, os contornos razoavelmente precisos do golfo de Bengala e aqueles que parecem ser os golfos do Sião e de Tonquim. Em contrapartida, os limites do pergaminho do primeiro deste mapas deixam vislumbrar na margem oriental uma reminiscência *do Sinus Magnus* de Ptolomeu, mas tão-só ao nível dos contornos esboçados, uma vez que, tal como sucede no exemplar de Londres, toda a toponímia indicada diz respeito a escalas portuárias.<sup>56</sup> Ao que tudo indica, tratam-se de cartas baseadas no padrão da *Casa da Índia* em Lisboa, que era alvo de actualização sistemática. Tal como sucede com a carta de 1510, o centro de ambas coincide com o desenho de uma rosa-dos-ventos sobre um ponto determinado do Índico, tornando clara a arrumação de todo o conjunto de terras e mares representados numa unidade articulada por este oceano.

Vale aqui notar o planisfério anónimo de c. 1519 dito “Kunstmann IV”, atribuído a Jorge Reinel (mas que pode ter sido feito em parceria com Pedro Reinel, seu pai), e do qual também só existe uma cópia fac-símile e de uma reprodução fotográfica.<sup>57</sup> Muito provavelmente realizado em Sevilha com o propósito de demonstrar os limites das esferas de influência portuguesa e espanhola, no que diz respeito à Ásia acrescenta em relação aos mapas anteriores parte dos litorais chineses, ao mesmo tempo que reafirma o corte em relação a Ptolomeu.<sup>58</sup> Ainda que não se trate de uma representação circunscrita à área do Índico, volta a destacar este espaço marítimo mercê da legenda principal *Indicum mare*, bordejada de legendas mais pequenas para o mar Vermelho, a Pérsia, o golfo Pérsico, Ceilão e Samatra, por exem-

<sup>56</sup> Ivan Kupčik, *Munich portulan charts “Kunstmann I – XIII” and ten further portulan charts*, München/Berlin, Deutscher Kunstverlag, 2000, p. 130-135.

<sup>57</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, I, est. 12.

<sup>58</sup> Kupčik, *Munich portulan charts...*, p. 41-47; Antonio Sánchez, *La espada, la cruz y el padrón. Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la monarquía hispánica, 1503-1598*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013, p. 104-106, 172-174.

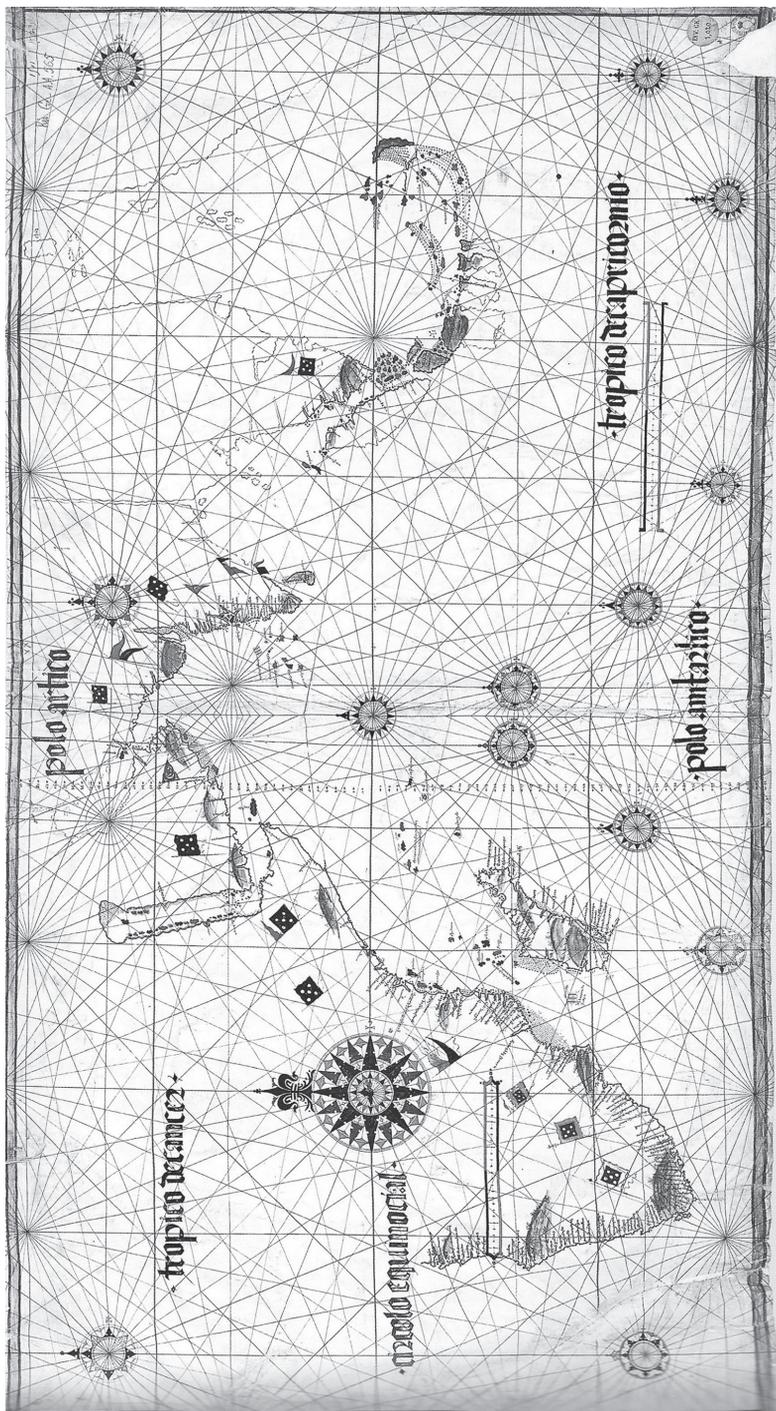


Figura. 2. Pedro Reinel (?), *Carta do Oceano Indico*, s.l. [Lisboa], s.d. [c. 1517], fac-símile por Otto Progel c. 1843, Bibliothèque nationale de France, Paris, Cartes et Plans, GE AA 565 (RES); o original pertenceu à Wehrkreisbücherei, Munique; desaparecido em 1945

plo. Além da Europa, apenas a *Asia* merece uma legenda de primeiro nível, colorida a vermelho e desenhada sobre um espaço continental desprovido de qualquer topónimo, excepto aquele que assinala o mar Cáspio.

Não podia ser mais contrastada a diferença que este sector do “Kunstmann IV” patenteia em relação às cartas regionais da Ásia do coevo *Atlas Miller*, também atribuído à parceria Pedro e Jorge Reinel.<sup>59</sup> Desde logo, pensamos nos pares de folhas centrados no Índico ocidental, nas Molucas e no *Magnus Golfus China-rum*, dotados de uma profusão de alegorias ptolomaicas tanto no que respeita à toponímia como aos traçados conjecturais das costas do continente e de muitas ilhas, sobretudo nas margens orientais desta parte do mundo. Em aparência, tratava-se de exercitar uma retranscrição latina tardia de Ptolomeu, tal como se observa em topónimos como *Rubrum Mare* (mar Vermelho), *Sinus Arabicus* (mar Árabe), *Mare Persicum* (golfo Pérsico), *Mare Indicum* (Índico ocidental), *Sinus Gangeticus* (golfo de Bengala), *Pelagus Indicus* (Índico oriental) e *Magnus Sinus* (mar da China meridional), ou na alusão aos sete “climas” ptolomaicos.<sup>60</sup>

De qualquer modo, se abstrairmos esse catálogo de nomes, formas e convenções que perpetuam a herança clássica, o facto é que a proposta de ordenação dos espaços asiáticos executada no *Atlas Miller* inventa uma regra diferente da partição regional ptolomaica. Centrada uma vez mais nos espaços marítimos, organiza três conjuntos distintos —o Índico, os mares do arquipélago malaio-indonésio e o mar da China— que funcionavam ou se percebiam segundo lógicas até certo ponto diferenciáveis, mormente dado o recuo chinês do Nanyang, operado cerca de um século antes, e a implantação em curso dos interesses portugueses no Índico, no estreito de Malaca, nas ilhas das especiarias e na própria China. As iluminuras que apresentam navios mulumanos, chineses e portugueses reforçam o sentido das articulações que os cartógrafos percepcionavam nestes espaços, fossem

<sup>59</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, I, est. 19-21.

<sup>60</sup> Ver Michel Mollat du Jourdin et Monique de La Roncière, *Les portulans. Cartes marines du XIII<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle*, Fribourg, Office du Livre, 1984, p. 219; Godinho, *Mito e mercadoria...*, p. 288-291; Pelletier, *L'Extrême-Orient...*, p. 243-244.

elas económicas, políticas ou até sócio-culturais. Para todos os efeitos, a generalidade das pranchas deste Atlas segue os cânones da cartografia náutica, com a indicação do sistema de rumos, a apresentação da toponímia perpendicular à costa, assim como de escalas de distâncias e latitudes e a marcação do equador e dos trópicos. Mesmo para as representações mais taceantes, como é o caso das Molucas, nunca será demais notar que se trata de uma das mais antigas representações ocidentais do conjunto deste arquipélago.<sup>61</sup>

Deixando a parcial exceção ptolomaica representada pelo *Atlas Miller* —obra que, importará notá-lo, coincide no tempo com a síntese de geografia medieval e de Ptolomeu representada pela *Suma de geographia* de Martín Fernández de Enciso—, temos que o realismo das representações, agora de novo desprovido em absoluto de recorrências humanistas e de adornos exóticos de iluminura, nos reaparece em pleno na grande carta da Ásia marítima anónima de c. 1540 pertença da Herzog August Bibliothek (Wolfenbüttel) (figura 3).<sup>62</sup> Esboça o espaço enquadrado entre a entrada do mar Vermelho e o delta do Eufrates, a ocidente, o golfo de Nanquim, as Molucas e as *Ilhas dos papuas*, a oriente. Regista apenas toponímia costeira e, por confronto com as cartas do Índico dos Reinéis, percebe-se que o centro de gravidade do mapa se deslocou para leste, deixando cair a ligação com o Atlântico que naquelas cartas se traçava. Cronologicamente, o mapa de Wolfenbüttel está muito próximo dos dois Atlas anónimos atribuídos a Gaspar Viegas, de c. 1537.<sup>63</sup> Por contraste, estes apresentam uma maior segmentação dos espaços marítimos da Ásia: cinco cartas para o Oceano Índico e anexos, uma carta centrada no mar da China (com a costa oriental da península malaia, a costa do Sião, o golfo de Tonquim, a China, as Filipinas e o norte de Bornéu) e duas cartas para a Ásia do Sueste insular (a primeira centrada em Bornéu e a segunda centrada na Papua ou a oriente de Mindanau, uma vez que, para este último mapa, o enquadramento é um pouco distinto em cada um dos atlas).

<sup>61</sup> Mollat du Jourdin et La Roncière, *Les portulans...*, p. 218-222.

<sup>62</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, I, est. 71.

<sup>63</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, I, est. 50 A-52 D.

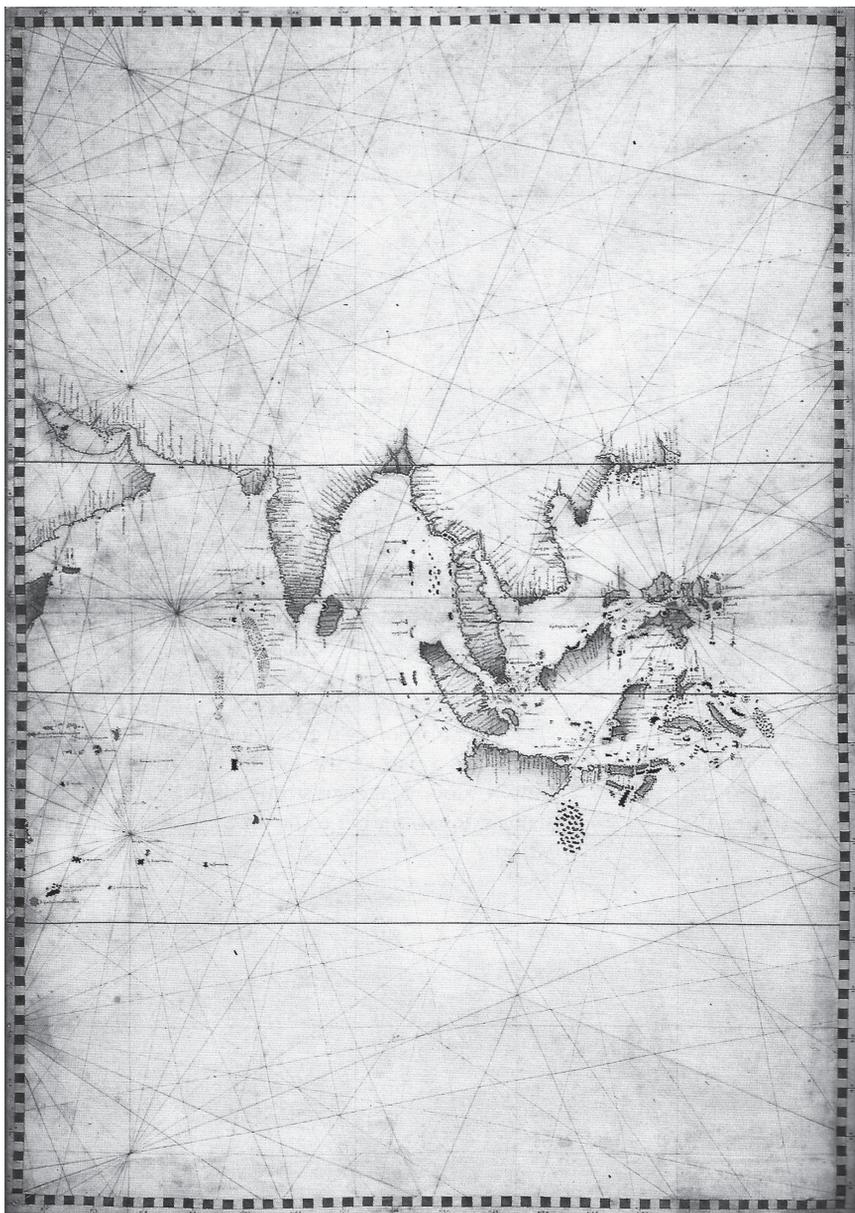


Figura. 3. Anónimo português (?), *Carta da Ásia marítima*, s.l. [Lisboa (?)], s.d. [c. 1540], Herzog August Bibliothek, Wolfenbüttel, 120 Aug. fol.

Cartas náuticas por excelência, qualquer delas é apenas fiel à exactidão geográfica – e, de caminho, à marcação inequívoca das marcas de soberania portuguesa nas margens extremas do arquipélago indonésio.

Mais próximos do tempo de gestação das *Décadas da Ásia* de João de Barros, encontramos a série de Atlas assinados ou atribuídos a Diogo Homem e a Bartolomeu Velho, realizados na década que medeia entre 1558 e 1568, sensivelmente.<sup>64</sup> Quer num caso, quer no outro, a nova e cerrada toponímia aprendida ao longo de mais de meio século de navegações nos mares da Ásia convive com indicações mais gerais, evocativas da herança clássica, como *Arabia Felix*, as Índias *prima e secunda*, *Sinus Gange-tico*, *Mare Chinorum* e *Magnū mare oriētale*. Em qualquer caso, em nenhum momento se poderá dizer que estas intrusões latinas confundam a razão “positiva” dos traçados, ao invés do que vimos que ainda sucede com alguma da cartografia dos Reinóis. Por outro lado, a selecção da Ásia pertinente, incluindo cada um dos respectivos segmentos, volta a sugerir uma obediência genérica ao mesmo tropismo mercantil que já desenhara as várias “janelas” asiáticas nos Atlas atribuídos a Gaspar Viegas. A excepção mais assinalável corresponde à carta geral da Ásia de Bartolomeu Velho de 1561, que desdobra para os espaços da Ásia Central uma nomenclatura que recolhe, simultaneamente, dos livros de Ptolomeu e de Marco Polo.

Sabemos que alguns dos sete Atlas de Diogo Homem e Bartolomeu Velho que retivemos para estas observações estão incompletos ou inacabados, pelo que nos faltam peças para uma compreensão completa dos seus conteúdos. Ainda assim, a partir das cartas sobreviventes observa-se o propósito de seccionar a unidade marcada entre o mar Vermelho e o cabo da Boa Esperança, a ocidente, e o Japão e as Molucas, a leste. Diogo Homem, a quem se deve a produção mais significativa deste conjunto, desde o mais antigo dos seus Atlas conhecidos que cartografa de modo autónomo um conjunto relativamente restrito de unidades

<sup>64</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, II, est. 104-105, 123-124, 136-140, 156, 176-178, 204, 233-235.

geográficas – por regra, duas ou três: o Índico Ocidental (dividido ou não nas suas partes setentrional e meridional) e a secção que inclui a península indostânica, a Ásia do Sueste e a Ásia Oriental (dividida ou não de modo a ampliar a margem que se estende do Japão às Molucas) (figura 4). No essencial, as molduras do Atlas anónimo atribuído a Bartolomeu Velho de c. 1560 são sobreponíveis a estas.

Se se prosseguir a leitura dos enquadramentos propostos pelos mais importantes atlas universais manuscritos portugueses da segunda metade do século XVI, verifica-se que as sucessivas molduras concebidas para organizar a apresentação das diversas partes da Ásia não se afastam demasiado do esquema fixado nestes trabalhos de Diogo Homem e de Bartolomeu Velho. Para o efeito, baste-nos o exemplo do atlas atribuído Sebastião Lopes, de c. 1565, e dos seis atlas de Fernão Vaz Dourado, concluídos entre 1568 e 1580.<sup>65</sup> Naqueles casos em que a série de cartas reunida nestes atlas é equivalente —o que ocorre com todos eles, com excepção do mais antigo dos atlas de Vaz Dourado—, constata-se o mesmo desdobramento entre duas cartas para o Índico ocidental e uma carta que cobre o espaço marítimo compreendido entre o cabo Comorim e o Japão. Por norma, encerra esta sequência uma quarta carta, parcialmente sobreposta à anterior, mas enquadrada mais a sul, por forma a abarcar a costa norte de Java e as restantes ilhas do arquipélago indonésio (apenas no trabalho atribuído a Lopes estas terceira e quarta cartas surgem fundidas numa só). Nesta sequência reaparece-nos também uma leitura muito semelhante da articulação entre os oceanos Atlântico e Índico na forma de uma carta que abrange as costas de África a sul do equador, junto com os contornos parciais ou integrais da ilha de Madagáscar. Neste aspecto, apenas a solução proposta por Lopes volta a destoar, por estar centrada mais a ocidente e abranger todo o golfo da Guiné.

<sup>65</sup> Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, III, 1987, est. 243, 267-271, 281-285, 303-307, 322-324, 337-341; Cortesão e Mota, *Portugaliae...*, IV, est. 339-402 A.



Figura. 4. Diogo Homem, *Carta da Ásia marítima a leste do delta do rio Indo*, Londres, 1558, British Library, Londres, Add. MS 541-A

### *Epílogo cartográfico*

Não olhando a Ásia a partir de Lisboa (como um Diogo Homem) ou a partir de Goa (como um Vaz Dourado), mas a partir de Messina, Joan Martínez elaborou para o rei Filipe II de Espanha, em 1587, um sumptuoso atlas iluminado com 19 cartas, cuja lâmina X representa a Ásia do Sueste e o Pacífico ocidental.<sup>66</sup> Trata-se da primeira de três cartas dos espaços asiáticos incluídas nesta obra, sendo as restantes uma carta da Pérsia (entre o mar Cáspio e o golfo Pérsico), que se prolonga até ao coração da Ásia Central, e uma carta da Arábia (entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, a norte, e a costa africana do Mar Vermelho e Socotorá, a sul). É conhecido que este trabalho do “cosmografo del Rey” activo na Sicília decorre de um amplo aproveitamento de fontes

<sup>66</sup> Cerezo Martínez, *La cartografía náutica...*, inter p. 218-219.

cartográficas impressas, em particular das obras de Abraham Ortelius e Gerard Mercator. Para as partes da Ásia marítima representadas na décima carta deste Atlas, o grande mapa-mundo de Mercator de 1569 constitui uma fonte fundamental de inspiração, pese embora Martínez ter aligeirado substancialmente os arcaísmos toponímicos e as legendas explicativas que se encontram neste seu modelo gravado (*Taprobana*, para designar Samatra, e *Quinzai*, para Hangzhou, constituem as mais salientes excepções ptolomaicas ou polianas conservadas por Martínez).<sup>67</sup> Já quanto à questão principal que nos prende —a delimitação do espaço seleccionado e a posição relativa dos diferentes elementos que o compõem—, ocorre-nos de imediato a semelhança que esta carta patenteia com o espaço circunscrito nas cartas equivalentes da generalidade dos Atlas universais de Diogo Homem que referimos, a começar pelo mais antigo sobrevivente (1558).

A circunstância de Diogo Homem ter desenvolvido toda a sua actividade cartográfica fora de Portugal a partir de finais da década de 1540, como se crê, em particular em Veneza, ajudarão a explicar o acolhimento dispensado a esta modalidade de diferenciação espacial, que terá longa vida na cartografia impressa subsequente, de Jodocus Hondius a Willem Janszoon Blaeu, por exemplo. É verdade que o recorte proposto por Joan Martínez na sua carta da Ásia marítima é ligeiramente mais amplo a norte, a sul e a oriente em relação à esquadria de Diogo Homem: os litorais do continente delineiam-se entre a foz do Indo e foz do Yangtzé, ensaiam-se a sudeste os contornos da Nova Guiné, enquanto a norte desta ilha se abre uma grande extensão do Pacífico. Mas o essencial subsiste, a começar pelo centro colocado sobre as Filipinas, como importava a quem por essa altura ambicionasse fazer de Manila a testa-de-ponte para novos projectos expansionistas castelhanos na Ásia, quer de feição político-militar, quer de recorte mercantil ou missionário.<sup>68</sup>

<sup>67</sup> Mollat du Jourdin et La Roncière, *Les portulans...*, p. 242-243.

<sup>68</sup> Ver Oliveira, *A construção...*, p. 207-225.

Poucos anos antes —em vésperas de se consumir a união dinástica e no momento em que os castelhanos iam afirmando a capacidade de instituir uma presença definitiva nas Filipinas—, o cosmógrafo-cronista das Índias Juan López de Velasco desenha a tanto rudimentar quanto célebre *Demarcación y navegación de las Yndias*, o mapa geral apenso à *Geografía y descripción universal de las Indias* (1574-1575), onde era acompanhado por diversas *pinturas* detalhadas, com a representação das *audiencias* e *governaciones* americanas, quatro mapas sobre ilhas ou arquipélagos sob jurisdição espanhola e outros tantos sobre territórios sensíveis para o horizonte da Coroa (Terra Nova, Estreito de Magalhães, Brasil e costa da China).<sup>69</sup> Nesse mapa geral —ou *Carta de marear*— desenha-se o espaço compreendido entre uma linha de demarcação traçada sobre Malaca e Samatra, por um lado, e o litoral atlântico da península ibérica, por outro. Pela primeira vez na cartografia das Índias Ocidentais, os seus limites são estendidos até às margens do Pacífico ocidental, incluindo a China e todas as ilhas e territórios circunvizinhos: a Coreia, o Japão, as Ryūkyū, as Filipinas, as Molucas, assim como as restantes partes do arquipélago malaio-indonésio e os reinos da Ásia do Sueste continental situados a leste do golfo do Sião.<sup>70</sup> López de Velasco subdivide os territórios ocupados ou reclamados por Espanha em três *Índias*, perpetuando a tripartição clássica no outro lado do mundo: Índias Setentrionais, entre a Florida e os Estreitos do Panamá; Índias Meridionais, entre os Estreitos do Panamá e a Patagónia; e Índias do Poente, até esse meridiano que forçava ao extremo as indefinições de Tordesilhas na Ásia

<sup>69</sup> Walter D. Mignolo, *The Darker Side of Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1998, p. 243-246; David Buisseret, “Spanish Colonial Cartography, 1450-1700”, em David Woodward (ed.), *The History of Cartography*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 2007, v. 3, part 1, p. 1146; María M. Portuondo, *Secret Science: Spanish Cosmography and the New World*, Chicago/London, The Chicago University Press, 2009, p. 193-209; Sánchez, *La espada...*, p. 282-285.

<sup>70</sup> Ver Geoffrey Parker, *El éxito nunca es definitivo. Imperialismo, guerra y fe en la Europa moderna*, trad. Marco Aurelio Galmarini y Pepa Linares, Madrid, Taurus, 2001, p. 110-111; Padrón, *The spacious world...*, p. 64-65.

e caucionava a reabertura da discussão sobre a *línea*, suscitada em 1566, na sequência do estabelecimento da rota Manila-Acapulco. Os percursos de ida e volta às Filipinas vêm traçados sobre a superfície do Pacífico, tal como acontece no espaço do Atlântico, articulado pelas linhas de navegação que unem Sevilha ao Novo Mundo.<sup>71</sup>

No mapa complementar, dedicado às *Indias del Poniente*, López de Velasco inicia o respectivo traçado no topo norte do golfo de Bengala, detendo-se a oriente à latitude das ilhas de Salomão. Tanto ou mais do que no seu mapa geral das possessões espanholas, a representação ordena um espaço a partir de uma razão eminentemente política, imposta pelo traçado da linha de demarcação, no meridiano 180°. É conhecido que Filipe II obstaculizou a divulgação de todo este trabalho de Velasco, impondo um uso circunscrito ao *Consejo de Indias*. É também conhecido que a disseminação destes mapas aconteceria por via da sua inclusão no primeiro volume das *Décadas* ou *Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Océano* de Antonio de Herrera y Tordesillas, publicado em Madrid, em 1601 – o qual, por seu turno, merecerá edição holandesa em 1622.<sup>72</sup> Mas não será necessário esperar tanto até que vingue no impresso o original gesto cartográfico inaugurado por Velasco, quando

<sup>71</sup> Alejandra Vega Palma, “Cartografía y escritura cartográfica. Los diferentes Perú de la *Geografía y descripción universal de las Indias* de Juan López de Velasco”, em Francisco Roque de Oliveira e Héctor Mendoza Vargas (eds.), *Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos, séculos XVI a XIX*, Lisboa/Ciudad de México, Centro de Estudios Geográficos da Universidade de Lisboa/Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Geografía, 2010, p. 216-219; Serge Gruzinski, *L'aigle et le dragon. Démesure européenne et mondialisation au XVI<sup>e</sup> siècle*, Paris, Fayard, 2012, p. 362-367.

<sup>72</sup> Ver Geoffrey Parker, *La gran estrategia de Felipe II*, versión de José Luis Gil Aristu, Madrid, Alianza Editorial, 1998, p. 124-127; Thomas Suárez, *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapore, Periplus Editions, 1999, p. 163; Richard L. Kagan, *Los cronistas y la Corona. La política de la historia en España en las edades media y moderna*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica/Marcial Pons Historia, 2010, p. 231-263; Arndt Brendecke, *Imperio e información. Funciones del saber en el dominio colonial español*, trad. Griselda Mársico, Madrid, Iberoamericana-Vervuert, 2012, p. 414-441.

cingiu numa única unidade as duas margens do Pacífico e abriu, de caminho, uma nova projecção para a Ásia. Veja-se a este propósito a carta *Maris Pacifici, (quod vulgo Mar del Zur) cum regionibus circumiacentibus, insulisaque in eodem passim sparsis, novissima descriptio* de Ortelius, datada e presumivelmente gravada em 1589 (figura 5).<sup>73</sup>

Não será forçado dizer que estes últimos exercícios de partição da Ásia e do mundo acompanham a impressionante sugestão geográfica que o padre José de Acosta ia compondo por esses anos, ao defender que não havia terra-firme ou ilhas que distassem umas das outras mais de mil léguas em linha recta, e que “en ambos polos del mundo, se hallan mares y tierras abrazados entre sí”<sup>74</sup>. Aquilo que para o autor de *De Natura Novi Orbis* e da *Historia natural y moral de las Indias* constituía uma premissa essencial para sobrelevar a dúvida sobre a origem asiática do povoamento americano,<sup>75</sup> na prancha de Ortelius transforma-se na busca de fronteiras visuais e evidentes para o novo mar entre terras cuja existência como entidade geográfica autónoma encontra o seu sentido na dinâmica recém-imposta pela descoberta da torna-viagem e pela rota do galeão de Manila. Com o diria João Rodrigues, o confrade português de Acosta que atrás revimos a propósito do que escreveu sobre as fronteiras sempre fluídas das diversas *Ásias* nas Geografias da época, cada um

<sup>73</sup> Ver *inter alia* Glyndwr Williams and Alan Frost, “Terra Australis: Theory and Speculation”, em Glyndwr Williams and Alan Frost (eds.), *Terra Australis to Australia*, New York, Oxford University Press, 1988, p. 137; Ricardo Padrón, “A Sea of Denial: The Early Modern Spanish Invention of the Pacific Rim”, *Hispanic Review*, v. 77, n. 1, Philadelphia, PA, University of Pennsylvania Press, 2009, p. 1-29, p. 15-25; Rainer R. Buschmann, Edward Slack Jr. and James B. Tueller, *Navigating the Spanish Lake: The Pacific and the Iberian World, 1521-1898*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 2014, p. 19-20.

<sup>74</sup> José de Acosta, *Historia natural y moral de las Indias*, ed. José Alcina Franch, Madrid, *Historia* 16, 1986 [1590], p. 75-77. Ver *inter alia* Juan Pimentel, *Testigos del mundo. Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2003, p. 119.

<sup>75</sup> Ver José Alcina Franch, “Introducción”, em José de Acosta, *Historia natural...*, p. 7-39, p. 24-26; Grataloup, *L'invention...*, p. 72-78.



Figura. 5. Abraham Ortelius, *Maris Pacifici, (quod vulgo Mar del Zur) cum regionibus circumiacentibus, insulisque in eodem passim sparsis, novissima descriptio, s. l. [Antuérpia], 1589*

projectava o mundo a seu modo. De facto, só uma leitura atenta aos factores ideológicos e culturais que estimulam a prática geográfica de todos os tempos permite decifrar a razão prévia a tais contingências, seja ela consciente ou inconsciente, mais programada ou mais instintiva.<sup>76</sup>

<sup>76</sup> Ver Horacio Capel, “Ideología y ciencia en los debates sobre la población americana durante el siglo XVI”, *Geocrítica*, v. 79/80, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1989, p. 26-92; Fermín del Pino, “Ideología e historia de la ciencia en Horacio Capel. A propósito de la aportación científica española del siglo XVI”, *Anthropos. Revista de Documentación Científica de la Cultura*, n. 11 (nueva edición), Barcelona, Anthropos, 1993, p. 66-67.



INSTITUTO  
DE INVESTIGACIONES  
HISTÓRICAS